



METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE

CNPJ nº 16.234.171/0001-15
NIRE nº 29300011410

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Administração da METANOR, Metanol S.A. - Metanol do Nordeste submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2020, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, ressaltando os principais fatos ocorridos neste período.

Comentários Gerais - O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da Pandemia de Covid-19, com impactos recessivos na economia brasileira e mundial. A Metanol é controladora direta da Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste e controladora indireta da Logipal Trade S.A. Atualmente, a Metanol opera como uma holding não operacional. Com relação a Controlada Copenor os efeitos advindos da pandemia foram pontuais, com impacto concentrado principalmente nos meses de abril e maio, tendo-se observado retomada nos mercados onde atua, já a partir de junho. Não obstante esses desafios, cabe ressaltar a continuada e consistente recuperação da Companhia por conta do novo modelo de negócio baseado na estratégia de paralisação da produção de metanol em Camaçari - Bahia, com importação deste produto para uso cativo na produção de formol e Hexamina e venda do mesmo, trazendo uma maior previsibilidade aos negócios e redução dos seus custos. Destacamos o crescimento de 17% do EBITDA em relação ao ano anterior, bem como a significativa redução da dívida bruta, tendo a empresa encerrado o ano com saldo líquido de caixa de R\$ 26.062. Esses efeitos, propiciaram um incremento do lucro líquido e melhora dos indicadores de liquidez. Covid-19 - Em meados de março foi estabelecido um Comitê de Crise para assegurar (i) proteção aos colaboradores e parceiros, (ii) segurança e continuidade das operações junto a clientes e fornecedores e (iii) liquidez da Companhia diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia, dentre os principais protocolos adotados, se observam: a) O contínuo esforço de conscientização dos colaboradores e prestadores de serviço por meio do Diálogo Diário de Segurança; b) A autorização da retomada do modelo de trabalho presencial, de forma gradual, com reavazamento, respeitando as regras de distanciamento e cumprimento das orientações das áreas de Segurança e Medicina do Trabalho; c) O monitoramento constante de funcionários, independente de terem indícios e/ou sintomas de Covid-19, com a medição de temperatura antes da entrada nas unidades produtivas e com testagens nos funcionários para apurar a existência de infecção pelo Covid-19; d) A demarcação nos pisos da fábrica a fim de evitar aglomerações; e) Adequação do refeitório com horários de revezamento, distanciamento entre funcionários e a forma de servir. A Companhia ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pelo Covid-19 nas operações cujos os efeitos incidiram principalmente nos meses de abril e maio deste ano. Apesar das adaptações feitas nas atividades em função da deflagração da pandemia do Covid-19, a Companhia se encontra operando dentro de um contexto de normalidade. **Produção e Vendas Consolidadas - Metanol** - As vendas de metanol importado em 2020 atingiram o volume de 75,2 mil toneladas, redução de 12,63 % em comparação às 86,1 mil toneladas do ano anterior, influenciadas pelos efeitos da Covid-19. **Formaldeído (Formol)** - A produção de formol foi impactada negativamente devido a problemas na operação do principal cliente da Companhia, totalizando em 2020 uma produção de 29,4 mil toneladas (30,6 mil toneladas em 2019), sendo que 6,9 mil toneladas são destinadas ao consumo cativo para produção de hexamina (7,0 mil toneladas em 2019). As vendas do formol registraram 22,2 mil toneladas em 2020, contra 21,6 mil toneladas do ano anterior, aumento de 2,8%. Por força de contrato as retiradas que não foram performadas pelo cliente nos dois anos são mitigadas pela cobrança de multa contratual contabilizada em outras receitas operacionais.

Hexametilenoetetramina (Hexamina) - A planta de hexamina produziu um total de 1,91 mil toneladas em 2020, contra 1,94 mil toneladas em 2019, diminuição de 1,61%. As vendas em 2020 totalizaram 2,1 mil toneladas contra 1,9 mil toneladas do ano anterior, aumento de 7,54%. **Sistema de Gestão Integrado - SGI** - Direcionando seus esforços para alcançar o nível de excelência de desempenho e de conduta ética dentro de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, a COPENOR implantou em 2007 seu Sistema de Gestão Integrado, obtendo no mesmo ano os certificados pelas normas ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001:2004 - Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001:2007 - Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. Em 2020, a Controlada COPENOR, dando continuidade à manutenção do seu Sistema de Gestão, foi submetida a duas auditorias pela empresa certificadora BSI Brasil onde obteve êxito, incluindo a auditoria de mudança da norma OHSAS 18001:2007 devido sua futura descontinuidade para a norma ISO 45.001:2018 Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho e, além de passar por outras diversas auditorias conduzidas por seus clientes, obtendo excelentes resultados em todas elas. Como evidência das boas práticas de gestão e governança, a COPENOR foi agraciada com a Certificação ECOVADIS, na categoria PRATA, atendendo aos requisitos de nossos clientes industriais.

O processo de avaliação EcoVadis tem como objetivo incentivar a transparência e promover a melhoria contínua da sustentabilidade na cadeia de suprimento de fornecedores, permitindo aos seus clientes monitorar o desempenho e identificar parceiros de alto desempenho. Finalmente, visando atender aos requisitos dos seus clientes e acionistas, respeitando o meio ambiente, a saúde e a segurança dos seus empregados e prestadores de serviço, a COPENOR através da adoção de um Sistema de Gestão por Processos, definiu uma série de indicadores que possibilitam um monitoramento constante e sistematizado de todos os Processos. Em 2020, teve um percentual de 94,44% dos seus indicadores atingidos, em linha com a meta estabelecida para o período. **Recursos Humanos** - No ano de 2020, foi dada continuidade ao Programa Anual de Treinamento, visando às necessidades de manutenção do processo do SGI, atendimento à legislação e atendimento aos programas voltados para a Segurança, enfatizando e valorizando os multiplicadores internos na capacitação dos seus profissionais. Foi também dada continuidade ao SGD - Sistema de Gestão do Desempenho, utilizando o mesmo método desenvolvido em 2016 de avaliação de desempenho individual, estruturado internamente, com ênfase nos fatores comportamentais e atitudes, objetivando a mensuração do efetivo desempenho dos empregados em alinhamento com os objetivos estabelecidos para o exercício, sem deixar de considerar as transformações organizacionais e culturais, bem como a importância de ampliar as ações de desenvolvimento de seus gestores e colaboradores individuais.

2019, R\$ 952 mil, somada participação provisionada para 2020, R\$ 1.095 mil. No tocante as outras receitas operacionais, em 2020 registrou-se uma receita de R\$ 16.370 mil, contra uma receita de R\$ 18.945 mil no ano anterior. Essa receita, em sua grande maioria, refere-se ao recebimento de multas contratuais de clientes.

TABELA 3 - RECONCILIAÇÃO EBITDA			
(Em Milhares de Reais - R\$)			Consolidado
	2020	2019	AH
Lucro Líquido do exercício	18.762	18.150	3%
Resultado Financeiro Líquido	(970)	2.860	-134%
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.120	(452)	-1233%
Depreciação e resultado venda de imobilizado	2.271	822	176%
Participações nos Lucros Empregados e Diretores	2.047	611	235%
EBITDA	27.230	21.991	24%

Houve um incremento de 24% no EBITDA em comparação ao ano anterior, em função de uma gestão de custos eficiente e da performance positiva dos negócios da Companhia relacionados a importação do Metanol para revenda e para a produção do Formaldeído (formol), este fortemente impactado pelas multas contratuais recebidas. **RESULTADO** - O lucro operacional totalizou R\$ 22.912 mil, 11% superior ao apurado no ano anterior, tendo como destaque o recebimento das multas contratuais de contrato de venda contabilizadas em outras receitas. A redução do endividamento da Companhia refletiu positivamente nas despesas financeiras líquidas consolidadas que totalizaram uma receita de R\$ 970 mil em 2020, enquanto no exercício anterior foi apurada despesa de R\$ 2.860 mil. O Laír (lucro antes do imposto de renda e contribuição social) fechou o ano com R\$ 23.882 mil, um crescimento de 35% em comparação ao ano anterior, que como explicado acima veio da melhora do resultado operacional somado ao resultado financeiro que também foi positivo. Por fim, apesar dos desafios que a pandemia da covid-19 trouxeram para a Companhia o lucro líquido consolidado do exercício foi de R\$ 18.762 mil, mantendo-se constante quando comparado com o exercício de 2019 que apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 18.150 mil. **Redução de Capital** - Com a estabilização dos fluxos de caixa e visando adequar as demonstrações financeiras de forma a possibilitar a distribuição de dividendos aos seus acionistas, a Companhia promoveu em 24 de dezembro de 2020 a redução de seu capital pela absorção dos prejuízos acumulados da ordem de R\$ 42.483 mil em 31 de dezembro de 2019, como segue:

	R\$ 67.425
Capital Social em 31/12/2019	R\$ 67.425
(+) Capitalização de Reservas	R\$ 18.147
(-) Absorção de prejuízos	(R\$ 42.483)
Capital Social em 31/12/2020	R\$ 43.089

Dividendos - Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 4.398 mil correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente a Administração provisionou dividendos adicionais no valor de R\$ 1.509 mil que representa 9% do lucro líquido ajustado, a ser aprovado pela Assembleia. Ambos os pagamentos deverão ocorrer após a AGO prevista para 30/04/2021. **Relacionamento com os Auditores Independentes** - A Política de Gestão da Companhia, no que tange à contratação de serviços junto a seus auditores independentes não relacionados a serviços de auditoria externa, assegura que não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Em 2020, não houve contratação de serviços não relacionados a auditoria externa dos auditores independentes da Companhia. **Perspectivas** - Para o exercício de 2021, não obstante as incertezas ainda presentes por conta da Covid-19, mas acreditando nas medidas de prevenção adotadas pelos governos e pela eficiência da imunização, a Administração acredita que a Companhia manterá a trajetória de resultados positivos. Adicionalmente, a METANOR pretende avançar nos princípios de ESG, adotando como estratégia central a busca permanente pelas melhores práticas ambientais, sociais e de governança combinadas com resultados sólidos nos indicadores econômicos/financeiros. A Administração, finalmente, agradece o decisivo apoio recebido dos Acionistas, clientes, fornecedores, agentes financeiros, comunidade e, em especial, o empenho e a dedicação de seus colaboradores. Camaçari, 17 de março de 2021. **A Administração**.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO DA COMPANHIA

TABELA 1 - DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO					
(Em Milhares de Reais - R\$)					Consolidado
	2020	% ROL	2019	% ROL	AH
Receita Líquida (ROL)	173.669		182.637		-5%
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(137.321)	-79%	(152.633)	-84%	-10%
Lucro Bruto	36.348	21%	30.004	16%	21%
(-) Despesa com Vendas	(15.083)	-9%	(14.572)	-8%	4%
(-) Despesas Gerais, Administrativas, e Honorários	(14.723)	-8%	(13.819)	-8%	7%
(-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	16.370	9%	18.945	10%	-14%
Lucro Operacional	22.912	13%	20.558	11%	11%
(+) Depreciação e resultado venda de imobilizado	2.271	1%	822	0%	176%
(+) Participações	2.047	1%	611	0%	235%
EBITDA	27.230	16%	21.991	12%	24%
(-) Depreciação e participações	(4.318)	-2%	(1.433)	-1%	201%
(+) Receita (despesas) financeira	970	1%	(2.860)	-2%	-134%
LAIR	23.882	14%	17.698	10%	35%

Análise do Desempenho Operacional RECEITA LÍQUIDA - A receita líquida de 2020, R\$ 173.669 mil teve um decréscimo de 5% em relação a 2019, R\$ 182.637 mil, função da diminuição na quantidade de revenda de Metanol. **LUCRO BRUTO** - O lucro bruto aumentou 21% quando comparado ao exercício anterior e a margem bruta teve um incremento de 5,0 p.p. em relação a 2019. **DESPESAS OPERACIONAIS** - As despesas operacionais fixas (vendas e administrativas, excluída as participações) totalizaram R\$ 27.759 mil em 2020 mantendo-se praticamente estável em relação ao ano anterior que totalizou R\$ 27.780 mil.

TABELA 2 - RECONCILIAÇÃO DESPESAS OPERACIONAIS

TABELA 2 - RECONCILIAÇÃO DESPESAS OPERACIONAIS			
(Em Milhares de Reais - R\$)			Consolidado
	2020	2019	AH
Despesa com Vendas	15.083	14.572	4%
Despesas Gerais, Administrativas, e Honorários	14.723	13.819	7%
Soma	29.806	28.391	5%
(-) Participações nos Lucros Empregados e Diretores	(2.047)	(611)	235%
Despesas Operacionais Ajustadas	27.759	27.780	0%

As participações de empregados e diretores são aprovadas pelo Conselho de Administração com base em metas definidas para cada ano, que envolvem, além do cumprimento de metas dos indicadores de resultados da Companhia, indicadores de processos definidos por área. O incremento nas participações nos lucros no comparativo 2020/2019 decorre da contabilização em 2020 da participação paga referente a

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em milhares de Reais

ATIVO	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado			
	Ne	2020	2019	2020		2019	Ne	2020	2019	2020	2019
Circulante					Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	29.124	11.886	Fornecedores	12	-	-	24.222	16.008
Contas a receber	7	-	-	14.396	12.598	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	2.550	6.024
Estoques	8	-	-	23.653	22.664	Tributos a recolher	259	386	10.065	3.810	3.810
Tributos a recuperar	9	169	296	8.173	5.033	Provisões para férias e encargos	-	-	-	2.086	2.231
Tributos diferidos	15	-	-	918	-	Dividendos obrigatórios a pagar	17	4.397	-	4.479	-
Dividendos a receber	-	5.146	-	-	-	Outras obrigações	-	-	-	3.021	2.179
Outros ativos circulantes	-	-	-	303	541		4.656	386	46.423	30.252	
		5.315	296	76.567	52.722	Não circulante					
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	13	-	-	512	6.377
Tributos a recuperar	9	15	15	5.098	5.103	Valores a pagar a partes relacionadas	14	14.681	11.614	-	-
Depósitos judiciais	16	-	-	2.337	2.177	Tributos diferidos	15	-	-	1.974	2.022
Valores a receber de partes relacionadas	14	-	4	6.192	5.474	Provisões para contingências	16	-	-	1.004	1.819
Investimentos	10	74.989	58.645	839	931		14.681	11.614	3.490	10.218	
Imobilizado	11	-	-	21.041	21.788		19.337	12.000	49.913	40.470	
Intangível	-	-	-	6	159	Total do passivo	17	-	-	67.425	67.425
		75.004	58.664	35.513	35.632	Patrimônio líquido					
						Capital social	43.089	67.425	43.089	67.425	
						Reserva de capital	-	18.147	-	18.147	
						Reserva de lucros	12.608	-	12.608	-	
						Dividendos adicionais propostos	1.509	-	1.450	-	
						Ajustes de avaliação patrimonial	3.776	3.870	3.835	3.931	
						Prejuízos acumulados	-	(42.482)	-	(42.543)	
							60.982	46.960	60.982	46.960	
						Participação de não controladores	-	-	-	1.185	924
						Total do patrimônio líquido	60.982	46.960	62.167	47.884	
						Total do passivo e patrimônio líquido	80.319	58.960	112.080	88.354	
Total do ativo		80.319	58.960	112.080	88.354						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrange - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido dos exercícios	18.420	17.850	18.762	18.150
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	3.676	-	3.676
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	18.079	21.526	18.079	21.529

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.420	17.850	23.882	17.698
Lucro antes da tributação				
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício				
Depreciação, líquida da dep. alocada ao estoque	-	-	2.270	2.080
Resultado de participações societárias	(21.577)	(18.830)	-	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	1	(1.258)
Participação nos lucros	-	-	2.047	611
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	2.744	(713)	(970)	2.860
	(413)	267	27.230	21.991
Variação do capital circulante operacional				
Contas a receber de clientes	-	-	(1.797)	3.258
Estoques	-	-	(1.236)	4.155
Tributos a recuperar	128	(103)	(491)	8.428
Demais contas a receber	(5.147)	-	237	676
Fornecedores	-	-	8.214	(15.192)
Tributos a recolher	(128)	(535)	168	(1.492)
Provisões diversas	-	-	4.334	403
Demais contas a pagar	-	-	(250)	(584)
Caixa Gerado pelas operações	(5.560)	(905)	36.409	21.643
Pagamento de juros e encargos financeiros	(2.744)	(713)	1.172	(3.010)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(2.649)	(2.628)
Caixa líquido gerado pelas atividades operações	(8.304)	(1.618)	34.932	16.005

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Intangível	-	-	153	-
Imobilizado	-	-	(1.278)	(1.317)
Investimento	5.233	-	(177)	2.128
Caixa líquidos nas atividades de investimento	5.233	-	(1.302)	811

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	-	-	1.026	12.500
Empréstimos com empresa ligada	3.071	(1.670)	(736)	-
Pagamentos a instituições financeiras	-	-	(10.298)	(23.697)
Demais recursos aplicados	-	-	3.288	(6.384)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	3.071	1.618	(16.392)	(12.108)

GERAÇÃO (APLICAÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	-	-	17.238	4.708
no início do exercício	-	-	11.886	7.178
no final do exercício	-	-	29.124	11.886
AVANTAMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	17.238	4.708



>>>continuação

METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE - CNPJ nº 16.234.171/0001-15 - NIRE nº 29300011410

Demonstrações dos valores adicionados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em milhares de Reais		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas					
Vendas de produtos	-	202.022	214.585		
Outras receitas	-	22.691	25.922		
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(1)	88		
Insumos adquiridos de terceiros	-	224.712	240.595		
Custos dos produtos vendidos	-	(137.321)	(152.633)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(412)	(267)	(35.038)	(35.967)	
Valor adicionado bruto	(412)	(267)	(172.359)	(188.600)	
Depreciação e amortização	-	-	52.353	51.995	
Valor adicionado líquido produzido	(412)	(267)	(487)	(420)	
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	51.866	51.575	
Resultados de equivalência patrimonial	21.577	18.830	-	-	
Constituição de provisão para perda imobilizado	-	-	-	-	
Receitas financeiras (inclui variação cambial)	4	65	5.575	749	
Outras receitas	-	-	38	37	
Valor adicionado total a distribuir	21.169	18.628	57.479	52.361	
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta	-	12.371	12.838		
Benefícios	-	2.357	2.643		
FGTS	-	812	782		
Impostos, taxas e contribuições	-	15.540	16.263		
Federais	-	7.267	802		
Estaduais	-	10.405	12.672		
Municipais	-	734	646		
Remuneração de capitais de terceiros	-	-	-	-	-
Despesas financeiras (inclui variação cambial)	2.749	778	4.605	3.610	
Aluguéis	-	-	166	217	
Remuneração de capitais próprios	-	-	428	298	
Lucro (prejuízo) líquido dos exercícios	18.420	17.850	18.420	17.853	
Participação de não controladores	-	-	342	298	
Valor adicionado distribuído	21.169	18.628	57.479	52.361	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - 1.1. Sobre o Grupo - A Metanol do Nordeste ("Metanol" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Rua Eteno, 1042, Complexo Básico - COPEC, município de Camaçari, Estado da Bahia, cujas ações são negociadas em mercado de balcão não organizado. O controle acionário da Companhia é compartilhado pela Petrobbras S.A. e pelo Grupo Peixoto de Castro, ambos com metade das ações ordinárias. A Metanol é controladora direta da Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste e controladora indireta da Logipal Trade S.A. Atualmente, a Metanol opera como uma holding. O metanol e seus derivados são importantes matérias-primas ou insumos para os segmentos de biodiesel, chapas acrílicas, indústria têxtil, papel e celulose, aditivo de combustíveis, herbicidas para a agricultura de soja transgênica, resinas de tintas e vernizes, resinas de madeira, indústria de couro/curtes, componentes automotivos como lonas, pastilhas de freios, embreagens, produtos de borracha etc. A controlada Copenor passou a utilizar o metanol de origem importada, a partir de 2016, para as suas linhas de produção de formaldeído e hexamina em Camaçari, através de contrato de exclusividade com grande produtor internacional, garantindo ainda o suprimento dos seus clientes de metanol no Nordeste. A operação de Formol está fundamentada no Contrato de Fomento de Formol para a MONSANTO DO BRASIL LTDA, em vigor até 31 de agosto de 2021, a partir de metanol importado por Aratu, Bahia. Em atenção à Instrução CVM nº 358/02, a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral, em 12/09/2018, sua intenção em promover a venda da unidade de produção de metanol de sua controlada, a COPEPOR - Companhia Petroquímica do Nordeste, cuja produção foi suspensa em 2016. Essa decisão teve como fundamento a busca por maior previsibilidade aos negócios, aliada à significativa redução de custos, o que permitiu a retomada de resultados positivos pela Companhia. O processo de venda foi concluído em novembro de 2019. Cabe ainda destacar, que o equilíbrio financeiro alcançado pela Companhia permitiu a redução da dívida bruta em 75%, quando comparada a 2019. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo líquido de caixa era de R\$ 29.124 (2019 - R\$ 11.886), com uma dívida com empréstimos e financiamentos com terceiros de R\$ 3.062 (2019 - R\$ 12.401). Com estas condições favoráveis, o enfrentamento da pandemia de Covid-19, (Nota 1.2) transcorreu sem grandes impactos, apesar da retração do mercado, no momento inicial, não tendo havido descontinuidade nos processos de produção e vendas neste período. **1.2. Covid-19** - Em meados de março de 2020 foi estabelecido um Comitê de Crise para assegurar (i) proteção aos colaboradores e parceiros, (ii) segurança e continuidade das operações junto a clientes e fornecedores e (iii) liquidez da Companhia diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia. E dentre os principais protocolos adotados, se observam: a) O contínuo esforço de conscientização dos colaboradores e prestadores de serviço por meio do Diálogo Diário de Segurança; b) A autorização da retomada do modelo de trabalho presencial, de forma gradual, com revezamento, respeitando as regras de distanciamento e cumprimento das orientações das áreas de Segurança e Medicina do Trabalho; c) O monitoramento constante de funcionários, independente de terem indícios e/ou sintomas da Covid-19, com a medição de temperatura antes da entrada nas unidades produtivas e com testes nos funcionários para apurar a existência de infecção pelo Covid-19; d) A demarcação nos pisos da fábrica a fim de evitar aglomerações; e) Adequação do rotatório com horários de revezamento, distanciamento entre funcionários e a forma de servir. Apesar das adaptações feitas nas atividades da Companhia em função da deflagração da pandemia do Covid-19, não houve necessidade de diferimento de tributos; não houve redução de salários de funcionários; não houve redução da atividade/vendas em razão da pandemia. A Companhia encontra-se operando dentro de um contexto de normalidade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis - 2.1. Aspectos gerais** - A conclusão destas demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, foi autorizada pela Diretoria em 17 de março de 2021. As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: **2.1. (a) Demonstrações financeiras consolidadas** - As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **2.1. (b) Demonstrações financeiras individuais da controladora** - As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2. Principais práticas contábeis** - As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas. **2.2. (a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira** - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.2. (b) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros** - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **2.2. (c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **2.2. (d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: **Perda (impairment) de ativos financeiros** - As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas

estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 5.1(e). **Imposto de renda e contribuição social** - Em muitas situações, a determinação final do imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é incerta. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Além disso, a Companhia reconhece os tributos diferidos ativos na extensão em que poderão ser utilizados, com base em estudos de lucros tributáveis futuros. **Reconhecimento de ganhos em ações judiciais e de provisões para contingências** - A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.2. (e) Benefícios a colaboradores e plano de previdência privada** - A controlada Copenor concede aos colaboradores beneficiários que envolvem seguro de vida, assistência médica, participações nos resultados e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a sua controlada. **2.2. (f) Demonstrações do valor adicionado (DVA)** - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. **2.2. (g) Consolidado** - A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. **3. Pronunciamentos novos ou mudados** - As seguintes normas foram alteradas, em 2020: **• Norma:** Alterações no CPC 15(R1); **O que mudou? Definição de negócios** - As alterações do CPC 15(R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. **• Norma:** Alterações no CPC 38, CPC 40(R1) e CPC 48; **O que mudou? Reforma da taxa de juros de referência** - As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscita incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. **• Norma:** Alterações no CPC 26(R1) e CPC 23; **O que mudou? Definição de material** - As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações financeiras de propósito geral tomam como base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza e magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. **• Norma:** Revisão no CPC 00(R2); **O que mudou? Estrutura conceitual para relatório financeiro** - Fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. **• Norma:** Alterações no CPC 06(R2); **O que mudou? Benefícios relacionados a Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento** - As alterações prevêm concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06(R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Com um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06(R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **4. Demonstrações financeiras consolidadas** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e sua controlada direta Copenor. **5. Gestão de risco de mercado e análises de sensibilidade** - **5.1. Fatores de risco financeiro** - A Companhia e sua controlada estão expostas aos seguintes riscos: **5.1. (a) Gestão de risco de capital** - A Companhia promove a gestão do Capital através de diretrizes emanadas dos acionistas controladores que estabelecem parâmetros qualitativos e quantitativos para melhor adequar a estrutura de capital. Ela leva em consideração o setor petrolquímico no qual está inserida e é ajustada considerando as mudanças nas condições econômicas do país. A gestão de capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a Companhia, envolvendo todos os aspectos que definem uma estrutura de capital ótima, tal como o custo do endividamento, além de poder promover ajustes na política de pagamento e de dividendos aos acionistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos	3.062	12.401
Caixa e Equivalente de Caixa	(29.124)	(11.886)
Dívida Líquida	(26.062)	515
Patrimônio Líquido	60.982	46.960
Índice de Alavancagem Financeiras	(0,42737)	0,01097

5.1. (b) Exposição a riscos de commodities - A controlada Copenor está exposta à variação de preços de algumas commodities petrolquímicas, em especial, a de seu principal produto, o metanol. A controlada procura repassar as oscilações de preços desse produto provocadas pela flutuação da cotação internacional. **5.1. (c) Exposição a riscos cambiais** - O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentem valores capturados no mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$ 22.190.

	Consolidado	
	2020	2019
Saldos em R\$ de instrumentos atrelados a moeda estrangeira		
Ativos		
Contas a receber em USD	1.402	1.644
Passivos		
Contas a pagar em USD	(23.592)	(15.208)
Exposição líquida (*)	(22.190)	(13.564)

5.1. (d) Exposição a riscos de taxas de juros - A controlada Copenor está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, a variação do CDI diário. **Análise de sensibilidade** - Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2020, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários, possível e remoto, são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Operação	Risco	Taxa cenário provável	Efeito no resultado		
			Provável	Possível	Remoto
Empréstimos	Variação do CDI	1,90%	(58)	(73)	(87)
Aplicações financeiras	Variação do CDI	1,90%	548	685	822
Efeito líquido total			490	612	735

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis associadas a outros riscos. **5.1. (e) Exposição a riscos de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes da inadimplência de seus clientes, de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa ou contrapartes de seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas estão expostas a tais riscos em suas atividades operacionais (principalmente em relação às contas a receber de clientes) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, o que pode afetar negativamente as operações, condição financeira e resultados operacionais. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota 7). **Contas a receber de clientes** - A Companhia aplica a abordagem

simplicista para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos referem-se a valores acumulados em diversos exercícios e a provisão foi determinada conforme indicado a seguir:

	Vencidos até		Vencidos acima de 365 dias	Total
	A vencer	90 dias		
Em 31 de dezembro de 2020				
Taxa de perda esperada	-	-	100,00%	
Valor bruto - Contas a receber	14.111	285	714	15.110
Provisão para perdas esperadas	-	-	(714)	(714)
Em 31 de dezembro de 2019				
Taxa de perda esperada	-	-	98,34%	
Valor bruto - Contas a receber	12.586	-	725	13.311
Provisão para perdas esperadas	-	-	(713)	(713)

A movimentação da perda esperada para as contas a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	713	801
Adições, líquidas, na estimativa de perdas esperadas	1	82
Valores baixados como incobráveis	-	(170)
Saldo final	714	713

5.2. Instrumento financeiro mensurados ao custo amortizado - Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: **• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Caixa, depósitos judiciais e contas a receber são classificados nesta categoria; **• Passivos financeiros ao custo amortizado**: são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Fornecedores, parcelamento de tributos e empréstimos e financiamentos são classificados nesta categoria. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	29.124	11.886
Contas a receber	-	-	14.396	12.598
Valores a receber - partes relacionadas	-	4	6.192	5.474
	-	4	49.712	29.958

Passivos financeiros ao custo amortizado

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores	-	-	24.222	16.008
Empréstimos e financiamentos	-	-	3.062	12.401
Valores a pagar - partes relacionadas	14.681	11.614	27.284	28.409
	14.681	11.614	27.284	28.409

6. Caixa e equivalentes de caixa (consolidado) - Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações estão distribuídas em várias Instituições Financeiras em fundos de renda fixa e CDI.

	Consolidado	
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	268	1.017
Recursos em caixa e depósitos bancários	28.856	10.869
Aplicações financeiras equivalentes a caixa	29.124	11.886
Caixa e equivalentes de caixa	58.248	23.772

7. Contas a receber (consolidado) - A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

	Consolidado	
	2020	2019
Contas a receber de clientes		
Mercado interno	11.393	9.447
Mercado externo	1.402	1.644
Empresas ligadas	2.315	2.220
Provisão para perdas esperadas no contas a receber	(714)	(713)
Contas a receber de clientes, líquidas	14.396	12.598

8. Estoques (consolidado) - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. Quando aplicável, uma provisão para perdas para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo é constituída.

	Consolidado	
	2020	2019
Produtos acabados	5.601	4.809
Materias-primas e embalagens	12.380	7.669
Almoxarifado de manutenção e reposição	2.701	2.617
Importações em andamento	2.971	7.569
	23.552	22.664

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
ICMS a recuperar operações - Camaçari	-	-	482	125
IRPJ e CSLL	169	296	6.677	4.008
PIS/COFINS	-	-	691	616
IMI	-	-	323	284
	169	296	8.173	5.033
Não circulante				
ICMS a recuperar - operações São Paulo (a)	-	-	4.736	4.755
Finsocial e outros impostos a recuperar	15	15	362	348
	15	15	5.098	5.103

(a) Créditos acumulados na controlada Copenor referentes às diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas versus vendas. O montante do crédito acumulado encontra-se homologado desde 16 de outubro de 2019, pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e registrado no sistema eletrônico E-CREDAC, conforme determina o RICMS - SP, tendo sido acordada a cessão do crédito para terceiros, que aguarda a liberação pelo Secretário da Fazenda.

10. Investimentos

Investida direta	Controle	Atividade	Saldo do investimento			
			Participação (%)	Controladora	Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Copenor	Controlada	Indústria e revenda	98,44%	98,44%	74.790	58.360
					199	285
Outros investimentos					839	931
					74.989	58.645

Os dados da controlada e a movimentação do investimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Equivalência patrimonial sobre o resultado		
Saldo inicial	58.360	21.576
Dividendos	(86)	(5.146)
Resultado	285	(86)
	58.645	21.490

	Consolidado	
	2020	2019
Equivalência patrimonial sobre o resultado		
Saldo inicial	39.530	18.830
Dividendos	(285)	(86)
Resultado	285	(86)
	39.	



>>>continuação>>>

METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE - CNPJ nº 16.234.171/0001-15 - NIRE nº 29300011410

Outros investimentos referem-se a participações detidas em empresas registradas pelo custo de aquisição, que não excede o valor de realização.

Table with 2 columns: 2020, 2019. Rows include Total de ativos, Total de passivos, Patrimônio líquido, Total de Receitas, Lucro líquido do exercício, Percentual de participação.

11. Imobilizado (consolidado)

Table with columns: Terrenos, Edificações e equipamentos, Máquinas e equipamentos, Veículos, Móveis e utensílios, Computadores e periféricos, Almoxxarifado, Imobilizações em andamento, Provisão para perda, Total. Rows include Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019, Saldo final em 31 de dezembro de 2019, Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020, Saldo final em 31 de dezembro de 2020.

Taxas anuais de depreciação
Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens.

13. Empréstimos e financiamentos (consolidado)

Table with columns: 2020, 2019. Rows include Linha de crédito/encargos médios, Passivo circulante, Saldo no início do exercício, Novos empréstimos, Juros incorridos, Amortização - principal, Amortização - juros, Saldo no final do exercício.

12. Fornecedores (consolidado)

Table with columns: 2020, 2019. Rows include Fornecedores, No mercado nacional, No mercado externo.

14. Transações entre partes relacionadas

Table with columns: Contas a receber, Empréstimos a pagar, Receita (despesas) com juros líquido, Outras receitas (despesas). Rows include Copenor (a), GPC Química S.A. (b), Petrobras S.A. (c), Petrobras Biocombustível S.A. (d).

(a) Contrato de Mútuo entre a Companhia e a controlada Copenor atualiza a variação do IGPIM e não tem prazo determinado de liquidação. (b) Operação de vendas de metanol cujo contas a receber entrou no processo de recuperação judicial da GPC e atualmente vem sendo recebido parceladamente com correção do IPCA. (c) Compra de matéria-prima para fabricação de hexamina em bases de mercado. (d) Vendas de Metanol para fabricação de biodiesel realizadas em bases de mercado.

Table with columns: Conselho de Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Total. Rows include Honorários e benefícios de curto prazo, Benefícios de longo prazo, Outros.

15. Tributos Federais - Imposto de renda, Contribuição Social e Finsocial - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das Demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

15.1. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2020, 2019. Rows include Lucro (prejuízo) antes do imposto, Imposto calculado com base em alíquota legal, Efeito da equivalência patrimonial, Despesas não dedutíveis para fins de impostos, Compensação de prejuízos fiscais para o qual nenhum tributo diferido estava reconhecido, Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para o qual nenhum tributo diferido foi reconhecido, Despesa com Imposto de renda e Contribuição Social, Despesa com IR e CS corrente, Despesa (receita) com IR e CS diferido.

15.2 Tributos diferidos

Table with columns: Ativo (passivo) fiscal diferido, Ativo fiscal diferido, Passivo fiscal diferido. Rows include Prejuízos fiscais (a), Custo atribuído ao ativo imobilizado (b).

(a) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada possuem prejuízos fiscais, base negativa de CSLL de R\$ 61.265 (2019 - R\$ 69.568), R\$ 32.953 (2019 - R\$ 41.101), respectivamente, sobre os quais foram constituídos ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 918, com base nas projeções de lucros tributáveis aprovada pelo Conselho de Administração para o próximo exercício. (b) A controlada Copenor constituiu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos em decorrência do registro do custo atribuído (deemed cost) conforme descrito na Nota e cuja movimentação encontra-se demonstrada a seguir:

Table with columns: 2020, 2019. Rows include Saldos em 1º de janeiro, Realização dos impostos diferidos, Saldos em 31 de dezembro.

16. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Table with columns: Depósitos judiciais, Provisão para contingências. Rows include 2020, 2019, 2020, 2019. Sub-rows include Tributários, Trabalhistas/ Previdenciários, Cíveis.

(a) Tributário - A companhia e sua controlada possuem processos fiscais provisionados referente a Contribuições de Terceiros que discute o direito de não recolher as contribuições destinadas ao Sistema "S", incidentes sobre a folha de salários vem fazendo depósito judicial das diferenças de modo que não venha a ser exigida posteriormente. (b) Trabalhistas e Previdenciários - Para os processos trabalhistas classificados pelos consultores jurídicos como perda provável, a Companhia e sua controlada mantêm provisão conforme quadro acima e a seguir a movimentação detalhe da movimentação da conta. A movimentação da provisão para contingências está assim demonstrada:

Table with columns: Movimentação da provisão para contingências, Consolidado, 2020, 2019. Rows include Saldo inicial, Valores debitados (creditados) no resultado do exercício, Provisões adicionais reconhecidas, Reversões, Valores utilizados no exercício, Saldo final.

16.2. Perdas possíveis não provisionadas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2020, 2019. Rows include Tributárias, Conting (Trabalhistas e cíveis).

(a) Tributários - Baseado na opinião dos advogados responsáveis pela defesa as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída às demonstrações financeiras. (b) Trabalhistas e cíveis - De acordo com as chances de êxito desses processos, segundo a opinião dos advogados que são consideradas como possíveis, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. 16.3. Ativos Contingentes - (a) Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - A Controlada Copenor impetrou Mandado de Segurança sobre a matéria, sendo concedida medida liminar suspendendo a cobrança das diferenças do PIS e da COFINS sobre o ICMS, tendo a Companhia optado pela realização dos depósitos judiciais dessas diferenças. No MS, pretende ainda, o reconhecimento do direito ao crédito do que foi pago nos últimos 5 anos, com a possibilidade de compensação com outros tributos, estimando-se a quantia de R\$ 7.622 de forma preliminar, com base em cálculos realizados até 30.09.2020, ainda não reconhecida como ativo, à vista da ausência de sentença no MS e trânsito em julgado do precedente do STF. Os assessores jurídicos avaliam que são prováveis as chances de êxito, à vista de decisão proferida pelo Pleno do STF, em 15.03.2017 quando do julgamento de recurso sob o rito da Repercução Geral, reconhecendo que o ICMS não integra o conceito de receita bruta, não compoando a base de cálculo do PIS e da COFINS. Este precedente aguarda julgamento de Embargos de Declaração interpostos pela Fazenda, apenas para modulação dos efeitos da decisão quanto a forma do cálculo e a possibilidade de restituição das diferenças pretéritas. (b) Inconstitucionalidade da exigência das contribuições ao SEBRAE, SENAI, SEBRAE, INCRA e Sal. Educação, sobre a folha de salários - A Controlada Copenor, impetrou Mandado de Segurança sobre a matéria, requerendo não apenas a suspensão dos recolhimentos, mas a restituição do que foi pago nos últimos 5 anos, senão, alternativamente, que fosse reconhecido o limite de base de cálculo de 20 salários-mínimos. A Controlada passou a realizar os depósitos judiciais dos valores das contribuições para suspensão da exigibilidade do crédito, tendo sido proferida sentença concedendo a segurança, afastando a incidência das contribuições. A Fazenda apresentou recurso. Os assessores jurídicos avaliam que há chances de êxito, em que pese recente decisão do STF tenha sido proferida contrariando a tese anterior de que, sendo estas, contribuições de domínio econômico (RE 635682), não poderiam incidir sobre a folha de pagamentos por restrição da EC 33/2001 como decidido no RE 559.937. Em 09.02.2020 o Pleno do STF entendeu pela constitucionalidade da exigência das contribuições ao SEBRAE, ABDI e APEX sobre a folha de salários (RE 603.624 - Tema 325 de Repercução Geral). A despeito de não transitado em julgado, e se referindo basicamente ao SEBRAE, esse precedente poderá ser estendido às demais contribuições do Sistema "S". Acaso a inconstitucionalidade não seja reconhecida pelo STF, a discussão se mante-se no STJ, que vem limitando a base do cálculo das contribuições a 20 salários-mínimos vigentes, conforme reconhecido pelo recente julgamento do AgInt no RESP 1.825.326/SC pelo STJ, em 08.2020. 17. Patrimônio líquido - 17.1. Capital social - O capital subscrito e integralizado passou de R\$ 67.425 para R\$ 43.089 em 31 de dezembro de 2020, com base na decisão das AGEs realizadas em 23 e 24 de dezembro de 2020 e está representado por 294.339.101 ações sem valor nominal, sendo 97.768.099 ordinárias, 87.533.575 preferenciais classe "A", 9.746.019 preferenciais classe "B" e 99.291.408 preferenciais classe "C". As ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" não têm direito a voto, tendo, entretanto, os seguintes direitos: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor resultante da divisão da parcela do capital social correspondente a cada uma dessas classes de ações pela quantidade das ações representativas de cada classe, limitado aos lucros disponíveis para distribuição aos acionistas; b) prioridade no reembolso do capital até o seu valor patrimonial, nos casos de liquidação da Companhia; c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de fundos ou lucros; e d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de reservas disponíveis e lucros suspensos, depois de assegurado igualmente às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano, pago às preferenciais.

17.2. Reserva legal - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social ou quando o saldo desta reserva somado ao montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. 17.3. Reserva de capital - A Companhia capitalizou 100% da sua reserva existentes no montante de R\$ 18.147 conforme delibera da AGE realizada em 23 de dezembro de 2020. 17.4. Ajuste de avaliação patrimonial - Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado da controlada que foram objeto. Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 3.776 (2019 - R\$ 3.870).

17.5. Dividendos - Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente a Administração provisionou como dividendos adicionais o valor de R\$ 1.509 a ser aprovado pela Assembleia. Ambos os pagamentos deverão ocorrer após a AGO prevista para 30/04/2021. Os dividendos em 31 de dezembro de 2020 foram calculados como segue:

Table with columns: Lucro líquido do exercício, (+) Realização custo atribuído, (-) Reserva legal, Lucro líquido ajustado, Dividendos mínimos obrigatórios, Dividendos adicionais a serem aprovados pela AGO, Total dividendos.

18. Plano de pensão - previdência privada - Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 2 planos de previdência complementar, sendo: Plano BD (Plano Provisor de Benefício Definido), salgado e que não permite novas adesões, com 48 (2019 - 49) participantes entre ativos e assistidos e o Plano CD (Plano Provisor de Contribuição Definida) com 114 (2019 - 113) participantes ativos e assistidos. Estes planos são administrados pelo Fundo de pensão multipatrocinadora PREVINOR, entidade fechada de previdência complementar, multi-patrocinada, mas de responsabilidade não solidária entre os patrocinadores. O plano Provisor BD contempla benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, por invalidez e pensões por morte. O plano da controlada Copenor CD, embora legalmente classificado como de Contribuição Definida, oferece os benefícios programados com a característica de poupança individual não apresentando déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes, mas oferece benefícios de cobertura de auxílio-doença, invalidez e pensão por morte de participante em atividade, na modalidade de Benefício Definido, sendo o seu custo dimensionado anualmente implicando na determinação do custeio. As contribuições acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro 2020 totalizaram R\$ 947 (2019 - R\$ 928). Em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/12 que aprovou o CPC 33 (R1) os planos de pensão foram submetidos a avaliação atuarial anual, por Atuarial Independente.

19. Coberturas de seguros - Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada possuem as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Table with columns: Riscos nomeados, Responsabilidade civil geral, Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores, Veículos, Data da vigência, Importância Segurada.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2020, 2019. Rows include Receita operacional bruta, Formaldeído produzido, Hexametilenotetramina produzido, Revenda Metanol, Receita revendas de diversos produtos, Impostos incidentes sobre as vendas, Receita líquida de vendas e serviços.

21. Custo dos produtos vendidos, despesas gerais e administrativas e outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2020, 2019. Rows include Matérias-primas, insumos e embalagens, Produtos Revendas, Demandas e meio ambiente, Serviços e materiais manutenção, Gastos com pessoal, Honorários, Depreciação e amortização, Fretes e armazenagens, Despesas de ociosidade, custo fixo (a), Participação nos Lucros, Receita-Multas Contratuais, Clientes (b), Outros gastos fixos, gerais e de vendas.

22. Resultado financeiro

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2020, 2019. Rows include Receita financeira, Rendimento de aplicações financeiras, Outros, Total da receita financeira, Despesa financeira, Juros sobre financiamentos com terceiros, Juros sobre empréstimos com parte relacionada, IOF - Imposto sobre operações financeiras, Outras, Total da despesa financeira, Variação cambial, líquida, Resultado Termo de Moeda (NDF), Receitas (despesas) financeiras, líquidas.

23. Resultado por ação - Demonstrem a seguir os cálculos do lucro/prejuízo básico por ação, respectivamente:

Table with columns: 2020, 2019. Rows include Lucro atribuível aos acionistas, Quantidade de ações emitidas, Lucro básico por ação - R\$.

Continua>>>



>>>continuação

METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE - CNPJ nº 16.234.171/0001-15 - NIRE nº 29300011410

Declaração da Diretoria Executiva sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste**, declaram que examinaram, reviram, discutiram e concordam com todas as informações contidas nestas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião da Mazars Auditores Independentes, referenciadas no Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes, apresentado nesta Demonstração Financeira Anual.

Camacari, 17 de março de 2021.

Jose Ricardo Uchoa Cavalcanti Almeida
Diretor Presidente

Declaração do Conselho de Administração

Os Conselheiros de Administração da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste**, examinaram, reviram, discutiram e concordam, quanto as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2020, compreendendo: balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados dos exercícios, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e resultados abrangentes, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, ante as informações prestadas pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o Relatório do Auditor Independente da Mazars Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Metanor, aprovaram e concordam com os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Camacari, 23 de março de 2021.

Amin Alves Murad
Presidente

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste**, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas. Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Camacari, 17 de março de 2021

Adolpho Luiz Laydner Junior
Presidente do Conselho Fiscal

José Joaquim Geraldo Neto
Conselheiro

Marcílio José Ribeiro Junior
Conselheiro

Conselho Fiscal

Adolpho Luiz Laydner Junior

José Joaquim Geraldo Neto

Marcílio José Ribeiro Junior

Eduardo Abrahão de Souza

Roberto Ferreira da Cunha

Conselho de Administração

Amin Alves Murad - Presidente

Rafael Alcides Raphael

João Carlos Peixoto de Castro Palhares

Alcides Moraes Filho

Bentanci Correa Junior

Alexandre Coelho Cavalcanti

Diretoria Executiva

José Ricardo Uchoa Cavalcanti Almeida
Diretor Presidente

Emílio Salgado Filho
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Emanuel Alberto Nunes de Almeida
Gerente Corporativo

Paulo César Lôbo Souza
Contador - CRC-14.556-BA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria ("PAA")** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria. **Reconhecimento de receita** - **Descrição do PAA:** Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita com vendas é reconhecida no momento em que a Companhia e suas controladas satisfazem suas obrigações de performance ao transferir o controle dos produtos aos clientes. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e controlada reconhecem a receita de multas contratuais em contratos contendo cláusulas de "take or pay" com clientes, em que são estabelecidas penalidades pecuniárias devidas pelos clientes em caso de não serem efetuadas as compras das quantidades mínimas de produtos definidas em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as receitas com multas contratuais foram equivalentes a aproximadamente R\$ 20 milhões. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de vendas representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a obtenção de entendimento sobre o fluxo de transações de vendas, incluindo os principais termos contratuais que suportam o reconhecimento do direito ao recebimento de multas devidas por clientes da Companhia pelo descumprimento de cláusulas de "take or pay"; (ii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles; (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para entendimento dos controles internos relacionados ao ambiente informatizado, bem como a realização de testes específicos relacionados à segurança de acesso, à gestão de mudanças em sistemas e ao monitoramento de rotinas de processamento para os principais sistemas, aplicativos e seus respectivos bancos de dados; (iv) a realização, com base em amostragem, de testes específicos em determinadas transações de receita, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de vendas, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras. **Redução ao valor recuperável de créditos fiscais correntes e diferidos** - **Descrição do PAA:** Em 31 de dezembro de 2020, o balanço patrimonial consolidado apresenta, entre outros tributos a recuperar: (i) créditos fiscais de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") a recuperar - operações São Paulo, da controlada Copenor, originado de diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas, no

montante de R\$ 4,7 milhões (Nota 9 às demonstrações financeiras); e (ii) créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 918 mil (Nota 15.2 às demonstrações financeiras). Em relação ao ICMS a recuperar, o montante do crédito acumulado foi homologado, em outubro de 2019, pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e a Companhia acordou a cessão do referido crédito fiscal para terceiros, condicionada à aprovação pela autoridade fiscal, o que ainda não ocorreu até a data deste relatório. Em relação aos créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais (R\$ 61,2 milhões) e base negativa de contribuição social (R\$ 32,9 milhões), o reconhecimento e mensuração do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 918 mil foram efetuados considerando a probabilidade de lucro tributável futuro, em estimativa aprovada pelos órgãos de governança. A recuperação do referido crédito fiscal corrente e diferido envolve julgamentos significativos por parte da administração e o valor recuperável pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes estratégias para sua realização, o que pode impactar o valor dos créditos fiscais reconhecidos nas demonstrações financeiras. Por esses motivos e também pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • o entendimento da metodologia de avaliação e premissas para determinação do valor recuperável do ICMS a recuperar e do ativo fiscal diferido, que estão, respectivamente, suportados por (i) termo de cessão de crédito para terceiros, cuja efetivação depende de liberação pela autoridade fiscal; e (ii) estudos de lucros tributáveis futuros, aprovados pelos órgãos de governança da Companhia. • a avaliação, com o apoio dos nossos especialistas na área de tributos, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para determinação do valor de recuperação; e • a avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Auditoria das cifras do ano anterior** - O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, com data de 10 de março de 2020. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e

suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, do ato contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2021.

mazars

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 F - RJ
Rodrigo de A. Albuquerque
Contador CRC-CE019775/O-9 T-RJ

EGBA

LOGÍSTICA

Recebimento, distribuição, movimentação, armazenamento. com aerenciamento e controle das informações.

EGBA: 71 3117 2157 / 2535 • www.egba.ba.gov.br

